

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE ABRIL DE 2015

--- Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano dois mil e quinze, pelas 20h e 15 m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja no Auditório do Pátio do Valverde em Azambuja. -----

ORDEM DO DIA

- **Ponto 1** – Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal
- **Ponto 2** – Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2014 P 34/P/2015
- **Ponto 3** – Aplicação dos Resultados Líquido de Exercício 2014 P 35/P/2015
- **Ponto 4** – Revisão Orçamental P 45/P/2015
- **Ponto 5** – Reconhecimento de Interesse Publico P 32/P/2015
- **Ponto 6** – Desafetação de Parcela de Terreno do Domínio Publico P 38/P/2015
- **Ponto 7** – Contrato Interadministrativo de delegação de competências com a CIMLT P 49/P/2015
- **Ponto 8** – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Azambuja P 36/P/2015
- **Ponto 9** – Moção/CDU-Coligação Democrática Unitária

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António José Mateus de Matos, e secretariaram a reunião a 1ª. Secretária, Srª D. Vera Lúcia Brás dos Santos, e como 2ª Secretária Srª D. Tatiana Filipa Pacheco Gaspar. -----

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Paula Alves Abreu Martins, António José Fonseca Nobre, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Maria Calixto Isidro, António Rodrigues Torrão, Carlos Miguel Rebelo Valada, Emanuel Jorge Pereira, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, João Lourenço Narciso Marques, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Avelino Colaço Correia, José Luís Marques dos Santos, Justino Cláudio de Oliveira, Luís Tavares Figueiredo, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria Inês da Graça Louro, Natércia Maria Esteves Serranito, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Rogério Faria Jorge, Sérgio Joaquim Fernandes Ezequiel. -----

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores: Presidente da Câmara Luís Manuel Abreu de Sousa, o Sr.º Vice-Presidente Silvino José da Silva Lúcio e os Senhores Vereadores António Manuel Montez Amaral, Herculano Valada Martins, David José Pinto Mendes, António Jorge de Oliveira Lopes e Maria João Canilho. -----

--- O Sr. Presidente da mesa informa que a Srª Deputada Municipal Sílvia Margarida Narciso Vitor, pediu a suspensão de mandato até 31 de Dezembro de 2015, sendo

substituída pelo Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo. Devido a este pedido e uma vez que a Deputada em causa ocupava o lugar de 2º Secretária, o Sr. Presidente da mesa convida para ocupar esse lugar a Srª Deputada Municipal Tatiana Filipa Pacheco Gaspar.

--- Na impossibilidade de comparecer nesta reunião o Sr.º Deputado Municipal António Francisco Nunes Godinho, fez-se substituir pela Srª Natércia Maria Esteves Serranito. ----

--- A Srª Deputada Municipal Maria Luísa da Conceição António, na impossibilidade de comparecer nesta reunião, fez-se substituir pelo Sr.º Emanuel Jorge Pereira. -----

--- Na impossibilidade de comparecer nesta reunião o Sr.º Deputado Municipal Armando Jorge Adrião Calixto, fez-se substituir pelo Sr.º João Lourenço Narciso Marques. -----

--- Informa também, que uma vez que esta é uma Sessão Ordinária haverá um período antes da ordem do dia destinado ao público, depois segue-se um período antes da ordem do dia para intervenção dos Deputados Municipais, seguindo-se o período destinado à ordem do dia. -----

--- Foi distribuído para conhecimento, conjuntamente com o expediente da sessão, o parecer de Pão Alvo & Associados-SROC, Lda., sobre o conteúdo da Proposta nº 45/P/2015 – Integração do saldo de Gerência. Foi também distribuído para conhecimento o ofício enviado pela administração liquidatária da EMIA à Câmara Municipal de Azambuja, dando conhecimento do ponto da situação sobre a extinção da EMIA. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

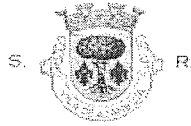
--- O Sr. Presidente da Mesa pergunta se algum membro do público quer usar da palavra.

--- Pediu a palavra o Sr. Mário Pedrosa, referindo o problema recorrente da falta de iluminação na Freguesia de Azambuja, salientando que tem informação que existem Freguesias no Concelho de Azambuja que não têm um único foco de luz desligado, ao contrário de Azambuja e Aveiras de Baixo que tiveram muitos focos desligados, havendo ruas completamente às escuras. Solicitando saber junto dos Presidentes das Juntas de Freguesia se há ou não nas suas Freguesias focos de luz desligados. Refere ainda que se isto é verdade, existe neste Concelho cidadãos de 1º e de 2º, considerando que se a Câmara realmente teve de fazer um racionamento económico, fazia-o de forma a que não existissem ruas completamente apagadas. -----

--- Em relação a Feira de Maio e uma vez que está programado o concerto do Grupo “HMB” para o Pátio do Valverde, solicita saber se o espaço é exíguo para o que se pretende fazer, com a agravante de se ter conhecimento que se estão a organizar grupos de jovens da zona de Lisboa para se deslocarem nesse dia a Azambuja para assistirem ao concerto. Solicitando saber se foi tido em conta a escolha do local e a hora do concerto a nível de segurança, sendo que o concerto começa às 24 horas e termina às 2 horas e o ultimo comboio é à 1.48h. Perguntando o que vão fazer essas pessoas até às 6 horas da manhã. -----

--- Pediu a palavra o Sr.º André Torrão do Núcleo Sportinguista de Aveiras de Cima, para dizer que tinha perguntado ao Sr.º Presidente da Câmara se a Câmara iria utilizar as mesas e cadeiras por altura da Feira de Maio, em que o mesmo respondeu que não, porque as mesas e cadeiras das tasquinhas vinham incluídas na tenda. Refere o Sr.º André Torrão que logo depois fez um ofício à Câmara a solicitar as mesmas, tendo sido o pedido recusado. Solicita agora saber como o poderão ajudar a solucionar o problema, uma vez que o evento já está em andamento. -----

--- Foi concedida a palavra à Srª Amélia Silva, referindo que mora em Casais de Baixo na Rua Vale das Aroeiras, rua essa que está intransitável e que se corre o risco de daqui a pouco tempo nem poder chegar com o carro perto de casa. Salienta que no final do ano foi lá feita uma intervenção, mas só numa parte da rua. Solicitando saber o que poderá ser feito para que o estado da mesma não se agrave. -----



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- O Sr. Presidente da mesa concedeu a palavra ao Sr.º Presidente da Câmara, que começou dizendo que em relação ao plano de poupança de iluminação, foram apagados alguns candeeiros, tendo depois havido a necessidade de os voltar a acender e desde aí tem-se vindo a repor a iluminação em muitos locais. Refere que em Vila Nova de São Pedro está a ser feito um estudo para serem apagados alguns candeeiros. Voltando a salientar que toda essa situação está a ser reavaliada e reposta. -----

--- Em relação ao concerto dos “HMB” refere que toda essa situação foi analisada com a GNR e com a Proteção Civil, fazendo-se o possível para que as coisas corram bem. Quanto aos Grupos de jovens organizados de que se fala, refere que também essa questão já foi falada com a GNR, estando a mesma a preparar um sistema de segurança. -----

--- Em relação à questão das mesas e cadeiras, o Sr. Presidente diz que está a tentar preparar uma alternativa para se poder arranjar as mesas e cadeiras solicitadas. -----

--- No que diz respeito à rua de Casais de Baixo, o Sr. Presidente refere que se vai tentar arranjar uma solução para o alcatroamento da mesma. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr.º Nuno Engrácio, Presidente da Poisada do Campino, passando a ler um texto que a seguir se transcreve: -----

--- Como é do conhecimento de todos, na sessão de Câmara do passado dia 07 de Abril, foi a aprovação um protocolo entre a Câmara Municipal de Azambuja e a Poisada do Campino, protocolo esse que gerou alguma discussão, perfeitamente normal no nosso ponto de vista, só o que não achamos normal foi a atitude de um Deputado Municipal presente nessa sessão e aqui presente, o Sr. Manuel Couceiro que disse nessa mesma sessão de Câmara que as eleições da Poisada do Campino não tinham sido feitas dentro da legalidade, e dos requisitos que os estatutos obrigam. -----

--- Ora, Sr. Manuel Couceiro, quem é o Sr. para por em causa a integridade e a honestidade da Assembleia Geral da Poisada do Campino, órgão responsável pela condução de todo o processo eleitoral, e por sua vez a do seu presidente que todos sabemos quem é, e que é uma pessoa muito respeitada por todo o povo de Azambuja, pois pertence a uma família que muito tem feito por esta Vila, ao contrário do Senhor. ---

--- Ao contrário daquilo que o Sr. possa pensar, quando fomos eleitos para a Poisada em 2007 havia 88 sócios, hoje há 283, será isto vedar a entrada a alguém na Poisada?-----

--- Foi publicado no Jornal Regional, como mandam os estatutos aprovados pelos sócios em Assembleia Geral, as convocatórias de apresentação e aprovação de contas e apresentação de candidaturas e eleições para os corpos sociais, como vê não fizemos nada fora da legalidade. -----

--- Apesar de sermos amadores, somos mais profissionais naquilo que fazemos do que alguns que assim se insinuam, pois trabalhamos por amor à camisola e não por procura de protagonismo e poder. -----

--- Disse também o Sr.º, que se andam a passar coisas muito graves...que coisas? -----

--- Tenha cuidado com o que diz, pois está a pôr em causa a honestidade de alguns chefes de família da nossa terra que se levantam cedo para irem trabalhar, ao contrário de outros, e que nas horas vagas trabalham de borla para uma associação da sua terra, pois teimam em fazer com que as nossas tradições não morram, para preservar um legado deixado há muito. -----

--- Ao contrário de outros pertencentes a alguns partidos políticos com que, graças a Deus, não se identificam as gentes da nossa Azambuja, dizemos as coisas nos sítios certos e fazemos as nossas reuniões na nossa sede, e não nos cafés da Vila. -----

--- Pediu também o Sr. os estatutos da Poisada na dita sessão de Câmara, voltando já a pedir novamente noutra sessão. -----

--- Sr. Manuel Couceiro, como penso que seja do seu conhecimento, a Poisada é um Associação independente da Câmara Municipal, com corpos gerentes eleitos, logo a Câmara Municipal não vai facultar-lhe os estatutos, para esse devido efeito, deverá dirigir-se a uma assembleia geral, e depois a direção irá analisar o seu pedido e direitos como sócio, e só depois vai decidir se lhe facultará os estatutos, pois para isso, só os sócios em gozo dos seus plenos direitos o podem fazer, o que não é o seu caso, pois já desde 2008 anos que não paga as quotas. -----

--- Disse também o Sr., nessa sessão de Câmara que quem mandava na Poisada do Campino era o antigo presidente da direção, atual vice-presidente da mesa da assembleia, pois fique o Sr. sabendo que tanto no presente como no passado na poisada, ao contrário de muitos, não precisamos que nos assobiem para bebermos água, e cada pessoa vale um voto, independentemente do cargo que ocupa na direção. -----

--- Se bem se lembra, chegou a ir ver as corridas de Espanha na sala da associação reservada aos sócios, portanto usufruiu de uma regalia que é dos sócios que estão nos seus plenos direitos perante a associação, pois a luz que a TV gastava, e a assinatura do canal custavam dinheiro, para lhe poder dar o privilégio de ver a corrida, não estando o Sr. no patamar dos sócios efetivos, mas nunca ninguém lhe disse nada nem o colocou na rua, como pode ver não somos o bicho papão que o Sr. apregoa. -----

--- Continuamos sem perceber qual é o seu problema com a poisada do campino, pensamos que seja porque quer ajudar e não sabe como, desde já então o convidamos para ajudar no dia 23 de maio, vamos comemorar o nosso 26º aniversário e necessitamos de ajuda, tanto física como monetária. -----

--- Sr. Manuel Couceiro, na poisada do campino não temos políticos, ao contrário do Sr. que foi eleito para esta assembleia para ajudar a desenvolver o Concelho de Azambuja, coisa que o vemos fazer pouco, pois passa o tempo preocupado com uma associação que teima em não deixar morrer os usos e costumes da nossa terra, graças a um grupo de carolas que muitas vezes deixa a sua família de parte para trabalhar em prol de algo em que acredita e que leva no coração. -----

--- Deixe-nos trabalhar e faça o mesmo pelo nosso Concelho, que foi para isso que foi eleito! -----

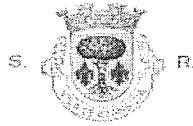
--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, referindo que as perguntas que fez em relação à Poisada do Campino, é de uma pessoa que tem toda a qualidade de socio da Poisada do Campino, que não paga quotas porque não lhes apresentam as mesmas, no entanto há poucos dias perguntou onde poderia pagar as mesmas, tendo sido informado que se pagavam na escola de condução pertencente ao Sr.º Presidente da Assembleia Municipal. Quanto ao facto de ser sócio, refere que há muito que o é, pagando sempre as quotas enquanto eram recebidas na própria Poisada. -----

--- Refere também que sabe de pessoas que pediram para ser sócias da poisada, não sendo a inscrição aceite. Refere ainda que quando se faz contratos com a Câmara, os Deputados Municipais tem a obrigação e o dever de tentar saber o que é que se passa. -----

--- Quanto a dizer mal ou bem de alguém, refere que não disse nem mal nem bem de ninguém, simplesmente pediu os estatutos e os contratos que a Poisada tem com a Câmara. -----

--- Salienta que, se se sentiram mal, ele próprio também se sentiu ao ameaçarem que lhe batiam. Salienta também que não tem medo, e que defende aquilo que quer -----

--- Quanto às Assembleias da Poisada do Campino, refere que nunca recebeu nenhuma convocatória, pois se tivesse recebido teria ido lá. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

[Handwritten signatures and initials]

--- Refere ainda que continua a pedir ao Sr. Presidente da Câmara os protocolos que existem entre a Câmara e a Poisada do Campino. Querendo saber também quais são os estatutos da Poisada do Campino, para ver se podem ser feitos esses protocolos com a Câmara. -----

--- Tomou a palavra o Sr.º Presidente da Câmara Municipal, para dizer que os estatutos terão que ser pedidos à Poisada do Campino. Quanto aos protocolos, refere que já levou à reunião de Câmara aquele que o Sr.º Deputado Municipal tem conhecimento, havendo também outros, os quais poderá mostrar. Referindo ainda que se os protocolos fossem realmente cumpridos à risca, neste momento a Câmara estaria em dívida para com a Poisada do Campino. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr.º Joaquim António Campino, dirigindo a sua intervenção ao Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, dizendo que o mesmo não tem o direito de por em causa a sua pessoa e a Associação que representa. Referindo que trabalha para a mesma e despende do seu tempo em prol da terra, ao contrário do Sr.º a que se refere, dizendo que o que o vê fazer é andar em caravanas políticas. Diz ainda que não admite que o Sr. a que se refere, sendo “burro de ouvidos” e “papagaio, e não o conhecendo de lado nenhum, se meta na vida da Poisada ou que diga o que quer que seja de si. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia interrompeu o Sr.º Joaquim Campino, pedindo por várias vezes que tivesse atenção às palavras que diz. -----

--- O Sr.º Joaquim António Campino retoma a palavra dizendo ao Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro que se não tem medo de si, ele também não tem medo dele. -

--- O Sr.º Deputado Municipal Manuel Couceiro pede a palavra em defesa da honra, dizendo que é com grande lástima que vê que o Sr.º Presidente da Assembleia Municipal permite que se venha insultar um Deputado Municipal na sede da Assembleia Municipal.-

--- Quanto ao Sr.º que falou, refere que não sabe quem é, e que tem tanto direito de ser socio da Poisada do Campino como outra pessoa qualquer, salientando que não pagou as quotas por desconhecer o local de pagamento. Refere ainda que não sabe o que falou daquele Sr.º porque nem sequer o conhece, diz também que quando muito se falasse, falaria do Sr. Presidente da Assembleia Geral que é o Dr. Jorge Ortigão Costa, ou no Presidente da Poisada do Campino que é o Sr.º Nuno Engrácio e do Sr.º Vice-presidente que é também o Presidente da Assembleia Municipal. Volta a referir que não conhece de lado nenhum, o Sr.º que acabou de falar, por isso nunca o citaria. -----

--- Tomou a palavra o Sr.º Presidente da Assembleia Municipal, referindo que tem sempre tentando manter todo o respeito nesta Assembleia, salientando que não pode tapan a boca às pessoas dos disparates que querem dizer, sejam Deputados Municipais ou não. -

--- Foi concedida a palavra à Srª Isabel Ribeiro, Tesoureira da Poisada do Campino, referindo que é a primeira vez que pertence a uma Associação e que está impressionada com estas guerras sem razão de ser, refere ainda que se o Sr. Manuel Couceiro tiver direito aos estatutos, com certeza os irá ter, no entanto considera que deveria dizer a razão pela qual os está a pedir. -----

--- Salienta ainda que quer, e gosta de trabalhar e de ajudar, mas refere que estas guerras fazem com que as pessoas acabem por desistir. -----

--- Refere a estranheza de desde 2008 o Sr.º Manuel Couceiro não ter encontrado ninguém a quem perguntar onde se pagava as quotas. Sugerindo que o mesmo efetue o pagamento e reúna com a Poisada do Campino para esclarecer as suas dúvidas. Mencionando também que Azambuja precisa de pessoas que a dinamizem. -----

--- Interveio o Sr. Presidente da Mesa perguntando se existe mais alguém do público que deseje intervir. Não havendo, passa para o período antes da ordem do dia para os Deputados Municipais, sendo ele próprio o primeiro a inscrever-se. -----

--- O Sr. Presidente da Mesa (António José Mateus de Matos) refere que vai falar enquanto Presidente da Assembleia Municipal, porque foi nessa qualidade que foi insultado por um Deputado Municipal de seu nome Manuel Couceiro na última Assembleia Municipal, em realizada em Vila Nova da Rainha. -----

--- Menciona que nunca esteve preso a partido nenhum, apenas à sua consciência. Salienta que nunca votou o que quer que fosse sem achar que era o melhor para a sua terra, para o concelho e para todas as pessoas, e que nunca votou nada por achar que iria, ou não, ter alguma benesse, não admitindo essas insinuações nem ao Sr.º Deputado Municipal Manuel Couceiro nem a ninguém. -----

--- Refere ainda que o Sr. Deputado Manuel Couceiro, disse que ele votou a favor do estacionamento na Vila de Azambuja, porque já estava comprometido para a Praça de Toiros, salientando que este é o mais completo dos disparates, pois não se sonhava sequer com Praça de Toiros. -----

--- Diz que defendeu e defende, que as Vilas sem estacionamento morrem, tentando-se arranjar forma das Vilas terem estacionamento para as pessoas poderem chegar ao comércio tradicional. -----

--- Refere que o Sr. Manuel Couceiro também falou na ex-vereadora Ana Maria Ferreira, sendo esta uma pessoa de uma integridade absoluta, não ficou a trabalhar na Câmara porque os eleitores não quiseram. Por isso considera que não é admissível que o Sr. Manuel Couceiro, diga que a mesma votou o que quer que fosse, com o intuito de vir a ser convidada para o que quer que seja, considerando serem inaceitáveis essas insinuações. --

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal refere ainda que o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro falou numa negociata relativamente ao financiamento da praça de touros, salientando que o mesmo afirmou que era daquela forma que a EMIA voltava a ter capacidade para se endividar. O Sr., Presidente da Assembleia aconselhou o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro para quando lhe derem algo para ler, perceba se o que está a ler corresponde à verdade ou não. -----

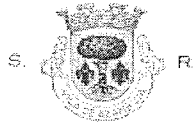
--- O Sr. Presidente da Assembleia, refere também que as Empresas Municipais têm uma logica de financiamento totalmente diferente das Câmaras Municipais, salientando que já se percebera que aquilo era uma engenharia financeira e que efetivamente haveria uma PPP que poderia vir a dar frutos, fazendo assim com que se elevasse o valor dos terrenos, que permitiria um equilíbrio contabilístico... Não indo isso dar mais capacidade de endividamento à EMIA, pois já estavam consolidados os créditos da EMIA. -----

--- Voltando a salientar que se não sabem o que escreveram, e o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro também não sabe o que leu. -----

--- Informa que no dia 4 de Novembro de 2009, foi feita a ultima vistoria à Praça de Toiros antiga, sendo essa vistoria ainda feita pela Proteção Civil e pela Delegada do IGAC, tendo sido aprovadas as instalações. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia, refere que no dia 13 de Abril de 2010, não estava na Câmara Municipal de Azambuja, era a Coligação PFNT que lá estava, tendo sido aprovada a proposta para o Pavilhão Multiusos/Praça de Toiros, uma parceria público-privada para a conceção, construção, instalação e conservação de uma Praça de Toiros no Concelho de Azambuja. A mesma foi aprovada com 5 votos a favor do Partido Socialista, uma abstenção da CPFNT e um voto contra da CDU. Concluindo-se assim, que a Coligação PFNT, não estava contra a construção do Multiusos. -----

--- Refere que com a chegada da crise o projeto foi abandonado. E em 12 de Maio de 2010 é feita uma inspeção à Praça de Toiros pelo Instituto Politécnico Português, e só era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

[Handwritten signature]

dada autorização para se praticar ali as corridas de toiros se fossem feitas as alterações e correções que eles exigiam. Salientando ainda, que as alterações e correções eram tantas que tornaram impossível a sua realização. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia volta a referir que não estava na Câmara. -----

--- Salienta que em 7 de Fevereiro de 2012, foi criado um procedimento administrativo para a criação da Praça de Toiros, porque o outro em 2010 foi chumbado. Refere que não foi ele (António José Matos) que em 2008 votou para se fazer esta praça de toiros. -----

--- Diz também que no dia 2 de Março de 2011 foi feito o auto de consignação e a adjudicação de empreitada, referindo mais uma vez que não estava na Câmara. -----

--- No dia 21 de Março de 2011 foi feito o contrato de empreitada, não tendo nada a ver com o estacionamento. -----

--- Refere que se evoluiu alguma coisa enquanto empresário, foi quando não esteve na política, ao contrário de outros que é na política que crescem. -----

--- Salienta que quando acabou o seu mandato enquanto Vereador, esteve quatro anos sem ser candidato a nada, estando muito longe de pensar que hoje pudesse estar neste lugar. Mencionando que todos sabem que não era suposto ser candidato a nada, e só aqui está, devido a um convite do atual Presidente da Câmara, pois como se sabe quem era para ser candidato a Presidente da Assembleia era o Dr. Joaquim Ramos. -----

--- Refere que não sabe o que move o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro contra a sua pessoa, salientando que o mesmo tem de se habituar a viver nas regras democráticas. Salienta ainda que já lá vai o tempo em que era enviado para casa das pessoas um envelope com o voto, referindo que hoje o voto é secreto e que se há pessoas com legitimidade para estar aqui, é ele próprio, não por ser quem é, mas pela forma como cá chegou. Salienta que foi votado pelo povo de forma independente e indiretamente por esta Assembleia, em voto secreto, não obrigando ninguém a votar nele, nunca tendo sido contra o regimento da Assembleia Municipal. -----

--- Diz ainda que as palavras não são bonitas ou feias pela palavra em si, mas sim pelo que querem dizer. Referindo que o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro lhe chamou “sórdido” e “mesquinho”, mencionando que “sórdido” quer dizer que *“É uma pessoa que possui sujeira na vestimenta ou no corpo; trajes sórdidos; algo que possui a capacidade de incitar o asco; que é repugnante ou asqueroso; que possui características daquilo que é baixo, vil, torpe, corrupto”*. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia refere que o Sr. Deputado em causa deve hoje, e depois no Ministério Público, dizer onde é que ele (António José Matos) foi corrupto. Salientando que não admite estas insinuações a ninguém, sugerindo que o mesmo peça desculpa por não saber o que é que estava a ler. -----

--- Refere ainda que a definição de “sórdido” diz ainda: *“característica de quem é mesquinho de avareza sórdida”*, desafiando o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro a ser mesquinho de avareza sórdida tal como ele, e entregar todo o dinheiro que ganha enquanto Deputado Municipal à “Casa Mãe” e à “CERCI-Flor da Vida”, tal como ele faz. Referindo também que irá trazer à próxima Assembleia Municipal, os recibos do dinheiro que dá a estas instituições. -----

--- Volta a referir que o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, antes de ler as palavras, deverá saber o que elas querem dizer, e, ou lhe pede desculpa e diz que não sabia o que é que “sórdido” queria dizer, ou então nem saberá o que pensar. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra ao Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro. -----

--- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro tomou da palavra referindo que ficou espantado, que após 3 ou 4 semanas depois o Sr. Presidente da Assembleia venha falar no que foi dito na última Assembleia, dizendo que não estava à espera disto, não tendo capacidade de responder a frio. No entanto refere que há uma pessoa que foi aqui referida que não deveria ter sido, que é a Dr.^a Ana Maria Ferreira de quem tem a maior consideração, salientando que o mesmo não pode dizer em relação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para dizer que constatou que o que se disse há pouco em relação ao Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro é verdade, porque quem fala e não sabe o que fala, há uma ave que o faz assim. -----

--- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, cumprimentando todos os presentes e referindo que não vai comentar o que se acabou de passar pela amizade que tem ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mas refere que o tom de voz que utilizou não é próprio de um Presidente de Assembleia Municipal. -----

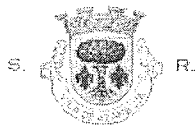
--- Em relação à questão da Poisada do Campino, refere que a mesma merece todo o respeito como qualquer outra coletividade, no entanto salienta que estava presente na seção de Câmara onde foram levantadas as questões, e nenhuma das pessoas da Poisada aqui presentes estavam nessa reunião e em momento algum o Sr. Manuel Couceiro falou ou acusou algum elemento da direção atual ou anterior da Poisada do Campino, como tal refere que a informação que foi passada é errada, pedindo que o Sr. Presidente da Câmara confirme. Refere ainda que o Sr. Manuel Couceiro colocou questões que qualquer Deputado Municipal pode colocar a partir do momento em que a Câmara Municipal tem protocolos com uma coletividade ou associação, não se tratando de por em causa se há ou não alguma ilegalidade, mas uma vez que há protocolos muito antigos, não tendo conhecimento de todos eles, têm os Deputados Municipais o direito de os conhecer, tendo sido estas as questões colocadas na reunião. Diz ainda que eventualmente, e tal como o Sr. Vereador David Mendes disse, podem as questões não ter sido colocadas no sítio certo. Salientando que não foi posta em causa a honestidade de ninguém e que têm de ter em atenção as informações que lhes são passadas. -----

--- Foi concedida a palavra à Sr.^a Deputada Municipal Inês Louro, cumprimentando todos os presentes e dizendo que na última Assembleia de Freguesia de Azambuja foram apresentadas algumas preocupações por parte dos fregueses, as quais passa a apresentar. Uma delas tem a ver com a Rua Vale das Aroeiras em Casais de Baixo, onde foi feita uma intervenção ficando o resto da rua por fazer, solicitando assim apoio nesse sentido. --

--- Outra das preocupações era saber quando é que são finalizadas as intervenções na rua principal de Casais de Baixo e também o problema do trânsito de camiões dentro daquelas localidades, mostrando as estradas já uma grande degradação. -----

--- Refere também que os seus Fregueses alegaram uma diferenciação na questão da iluminação, entre a Freguesia de Azambuja e as restantes Freguesias, salientando que foi também dito que os focos eram desligados consoantes “o título, o cartão e a amizade” de determinadas pessoas. Salientando que não acredita nisto, mas era bom que o Sr.^o Presidente das Câmara esclarecesse esta situação. -----

--- Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que desconhece esse tipo de amizades, e que as pessoas são todas tratadas de igual forma. Refere que a opção que foi tomada inicialmente de se desligar foco sim, foco não, não resultou, salientando que a Câmara tem em conjunto com a EDP, andado a tentar resolver essa situação e voltar a acender os focos onde são necessários. Diz também que têm sido apagados focos em todas as freguesias, com exceção de Vila Nova de S. Pedro que ainda não foram apagados. Em relação ao trânsito, refere que ainda não existem alternativas. -----



[Handwritten signatures]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

- No que diz respeito à Rua Vale das Aroeiras, refere que assim que haja oportunidade, as obras serão acabadas. -----
- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis, perguntando em que situação é que estão os oleões, a postura de trânsito, a escola pré-primária em Aveiras de Cima, os detritos de alcatrão no parque das amarelas que era da Tecnovia e também o parque urbano da Milhariça. -----
- Pergunta também quais as prioridades que a Câmara Municipal definiu para o arranjo das estradas Municipais. -----
- Qual o resultado da reunião com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, em relação à falta de médicos no Concelho de Azambuja. -----
- Salaria que com o encerramento do Posto da GNR de Manique do Intendente, o posto de Aveiras de Cima passou a ter um raio de ação muito maior, referindo que há uns dias atrás uma senhora estava a ser assaltada em casa, telefonou para a GNR e só lá estava um guarda sozinho, não podendo mandar lá ninguém. -----
- Refere também a falta de materiais nos Postos Médicos, tendo por vezes os utentes de comprar o material. -----
- Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, referindo que tem existido alguns problemas com a gestão dos oleões, tendo-se pensado agora em contratar uma empresa que lavasse e desinfetasse os oleões. -----
- Em relação à questão das estradas refere que não há grande verba para a reparação das mesmas, no entanto já existe uma lista de prioridades de reparação. -----
- Em relação à pré-primária a verba também não é muita, não se sabendo bem o que é que dará para fazer. -----
- No que diz respeito ao Parque Urbano da Milhariça está a ver-se o que é que se pode ir fazendo a pouco e pouco. -----
- Em relação à reunião com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, refere que foi dito que se está a tentar arranjar médicos para Azambuja, mas na realidade não se passa disto. -----
- No que diz respeito à GNR refere que realmente o número de elementos é pouco para as solicitações. -----
- Em relação à falta de material no posto médico, refere que partilha da mesma opinião, pois também já passou por essa situação. -----
- No que diz respeito aos detritos do parque da Tecnovia, refere que teve à dias uma reunião com a Tecnovia onde foi dito que tinham conversado com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Paraíso e Aveiras de Cima, no sentido de ver se os mesmos manifestavam algum interesse em utilizar aquele material em algumas estradas. -----
- Refere ainda que também solicitou algum desse material para a Câmara. E que a Tecnovia também vai começar a utilizar o material em obras que tem em curso. -----
- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Nobre, cumprimentando todos os presentes, e referindo que em relação a esta política dos cortes de iluminação pública solícita saber quais foram os proveitos financeiros que a Câmara teve, pois considera que não foi uma poupança significativa que justificasse os incómodos que tem originado aos Municípios. Salaria ainda que a rotunda de Aveias de Cima está sem iluminação pública há anos, tornando-se um local perigoso, devendo a Câmara ter uma preocupação especial em resolver esse problema. -----
- Em relação ao congresso da Associação Nacional de Municípios, refere que tem interesse para os Vereadores e para os Deputados Municipais conhecer o teor das conclusões do congresso, de modo a que também a Câmara pense sobre elas. (Falha de gravação) -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, referindo que irá ver as poupanças que houve na energia elétrica, para depois poder informar. -----

--- Quanto à rotunda, refere que a iluminação da mesma é da responsabilidade da Brisa. No entanto a Câmara já insistiu várias vezes nesse assunto. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Sérgio Ezequiel, referindo que tinha pedido para que a Comissão da Saúde pudesse estar presente numa futura reunião com o Ministério da Saúde, sendo com surpresa que percebe que houve essa reunião, não lhe tendo sido comunicado. -----

--- Tomou da palavra o Presidente da Câmara, para dizer que a iniciativa desta reunião foi do Sr. Presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, como tal não o pode convidar. -----

--- Posta a votação, foi a Ata de 26 de Fevereiro de 2015, aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 3 abstenções. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

--- **Ponto 1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal** --

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Sérgio Ezequiel, para pedir um esclarecimento relativamente ao ponto 06.01.05 (Atividades de enriquecimento curricular), solicitando saber como é que é feito, e por quem, o acompanhamento do funcionamento dos refeitórios escolares, e como são feitos os relatórios que depois são emitidos. -----

--- No que diz respeito ao pagamento extraordinário de reembolso relativamente ao PAEL, refere que compreende que é complicado mudar-se as regras a meio do caminho, mas também percebe que é a taxa de juros mais elevada que temos (2.21%), referindo que havendo capacidade de endividamento é capaz de se ir buscar dinheiro mais barato à banca. -----

--- Na página 19, refere que existe um problema no mapa, em que o valor da dívida antes dos reembolsos, aparece como inferior ao valor da dívida após o reembolsos. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, esclarecendo que o acompanhamento dos refeitórios escolares é feito por uma técnica da Câmara (Engenheira Alimentar), que faz os relatórios necessários quando acha que alguma coisa não está bem. -----

--- Quanto à questão do PAEL, realmente teve de se fazer algumas alterações ao que se tinha pensado inicialmente, salientando que teve de optar pelo PAEL, porque era o que tinha os juros mais altos. -----

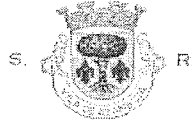
--- Discutido o assunto, nada foi deliberado. -----

--- **Ponto 2 – Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2014 -----P 34/P/2015**

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, começando por dizer que apesar de algumas dificuldades é o segundo ano de implementação deste plano, e devido às dificuldades inerentes a este contexto da crise económica e financeira, foi propósito da Câmara Municipal dar resposta às solicitações se aos anseios da população reforçando algumas áreas, como a intervenção social. -----

--- Salienta que nos objetivos estratégicos foram privilegiados as áreas de educação, ambiente, saneamento, intervenção social, desenvolvimento económico, emprego e a consolidação das finanças Municipais, alcançando resultados bastante positivas em 2014. No que diz respeito ao nível orçamental de receita o mesmo foi de 108%, tendo pela primeira vez na história do Município superado as previsões orçamentais. -----

--- Refere ainda que esta execução também contribui favoravelmente para que a média da execução da receita dos dois anos consecutivos, fosse superior a 85% como é exigido pela nova lei das finanças locais. Salienta que se destaca também o comportamento das receitas pela positiva do imposto de circulação do IMT, e pela negativa, da Derrama e dos fundos Municipais que superaram um corte de 2,8% face a 2013. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

Quanto à despesa e dívida, refere que foi reduzida e racionalizada a despesa corrente, controle de custos e de poupanças, e foi também revista a norma de controlo interno. Salienta que foi mantido pelo 2º ano consecutivo o nível de execução orçamental da despesa superior a 91%, 93% em 2014, 91.5% em 2013. -----

--- Foram também celebrados os acordos de execução, tendo sido feitas as transferências de verbas, foram mantidos os apoios às associações de bombeiros e foram retomados os apoios financeiros às IPS,S e às coletividades do Concelho. Salienta ainda que foram cumpridos os pagamentos a fornecedores, pagando quase a pronto pagamento, sendo este também um sinal muito positivo. -----

--- Refere que o ano foi fechado com contas a pagar na ordem dos 348 milhares de euros, foi respeitado o limite da dívida total, tendo sido reduzido em 2013 a dívida de curto prazo em menos de 29,3%, e a dívida total em menos de 14,1%, com o aumento de seiscentos e cinquenta e oito mil euros que nos foram impostos a título de participação do fundo de apoio Municipal, tendo a Câmara de reduzir o seu orçamento nesse valor. -----

--- Com isto diz que foi cumprida a nova regra de equilíbrio orçamental estabelecida pelas finanças locais, terminando o ano com um saldo positivo de um milhão novecentos e setenta e dois mil, cento e cinco euros e quarenta e três cêntimos. Deste valor teve de ser retirado tudo o que disse anteriormente, ficando com trezentos e noventa e seis mil para dividir por muitas coisas que deveriam ser feitas no Concelho. -----

--- Interveio O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que tal como solicitado pela Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra, foi pedido à Sociedade “Pão Alvo, Associados”, para estarem presentes, assim como também foi pedido para estarem presentes na reunião da “Comissão do Orçamento”, de modo a prestarem algum esclarecimento que seja solicitada. -----

--- Solicitou a palavra o Sr. Deputado Municipal António Nobre, que relativamente a este ponto refere que existem várias questões em apreciação, tal como o ano em que se dá a assimilação do ativo e do passivo da EMIA, decorrendo da sua extinção nas contas do Município, já que gerou um saldo negativo. Recorda que a Sessão de Câmara onde foi deliberado aprovar estas operações financeiras, que permitiram anular a faturação em dívida do Município para com a EMIA, logo se viu que era uma engenharia financeira, em que os resultados estão agora à vista. -----

--- Refere também que ficou surpreendido, porque pensava que tivesse havido transferências financeiras entre o Município e a EMIA no protocolo inicial, sentindo que enquanto Vereador, foi enganado pelo Sr. Presidente da Câmara da altura, embora que por omissão. Refere que nessa Sessão de Câmara o Sr. Presidente explanou a razão por que é que a Câmara deveria aprovar as propostas, omitindo à Vereação que o tempo em que vigorou esse protocolo inicial (2004/2006) apenas liquidou à EMIA no ano 2006 a quantia de 85.654,79€, quando por esse protocolo e segundo informação dos técnicos prestada na respetiva reunião da Comissão do Plano, o Município tinha-se vinculado a fazer uma transferência anual prevista em orçamento de meio milhão de euros, não tendo a mesma sido cumprida. Revelando assim alguma deslealdade por parte do Sr. Presidente da Câmara da altura, salientando que é pena só agora passados estes anos é que se veio a saber que a situação era mais negra do que se pensava.

--- Refere ainda, que agora é que se está a acertar contas, não sabendo porém se estarão todas certas. Dizendo que quem fez o que fez, também não tem grande credibilidade para agora vir defender estas contas que estão hoje para ser aprovadas aqui nesta Assembleia. Daí que este assunto mereça da parte da CDU a maior das reservas, salientando o esforço dos técnicos em procurarem esclarecer a razão de ser destes movimentos financeiros, que

vêm explanados nas demonstrações financeiras e também noutros documentos. Esperando que os técnicos, e o Sr. Presidente como responsável político, esclareça a razão de ser destes movimentos. -----

--- Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que o Deputado Municipal António Nobre assistiu à reunião tal como ele, fazendo as perguntas que entendeu fazer em relação à EMIA. Salientando que foi o Presidente da Câmara da altura que geriu toda esta situação, não querendo por isso comentar mais nada acerca deste assunto. -----

--- Em relação à questão técnica, referiu que está presente o Dr. Pedro da Sociedade Pão Alvo e os Técnicos da Câmara, para tirar as dúvidas que existirem sobre a EMIA. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Luís Fonseca, cumprimentando todos os presentes, e referindo que gostaria de colocar algumas questões técnicas. -----

--- No que respeita à certificação legal de contas, refere que a sua primeira questão está relacionada com uma das reservas do ponto nº 7, em que refere que o Município de Azambuja celebrou um acordo em Dezembro de 2012 com as Águas do Oeste, no sentido de ultrapassar as divergências que existiam. Salienta que já tendo passado dois anos sobre este acordo, continua-se sem saber exatamente se há alguma coisa a pagar ou a receber. Sendo a sua dúvida, se não deveria haver uma provisão relativamente a esta situação, seja ela para receber ou pagar. -----

--- No que respeita ao ponto nº 8 do mesmo documento, solicita saber, em relação à situação da OPEL, havendo uma dívida do estado Português para com o Município de Azambuja, no valor de novecentos e oito mil euros, e uma grande probabilidade de incumprimento deste valor, se não se deveria também fazer uma provisão para esta situação. -----

--- Ainda em relação à OPEL, pergunta se há o risco desta dívida prescrever, se a resposta for sim, pergunta quando. -----

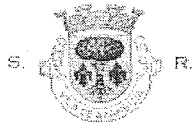
--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra aos técnicos de modo a darem resposta às questões colocadas. -----

--- Tomou a palavra o Dr. Pedro Pão Alvo da “Pão Alvo-Associados”, dizendo que em relação à primeira questão as reservas que os revisores imitem podem ser de dois tipos, reservas por desacordo ou reservas por limitação de âmbito, as reservas por desacordo são quando os auditores não concordam com a atuação ou com o que está descrito nas demonstrações financeiras. Quanto às limitações de âmbito, é quando há dificuldade em expressar a opinião sobre um determinado assunto. -----

--- Refere que entrando diretamente na primeira questão sobre o ADO e sobre a necessidade ou não de se constituir uma provisão para o efeito, salienta que nesta situação existe uma limitação de âmbito para se constituir uma provisão, sendo necessário se mensurar qual o valor dessa provisão. -----

--- Refere que não há atualmente essa capacidade de definir com fiabilidade qual o valor da provisão adequada para este impasse, sendo por esse motivo e pelos riscos futuros que possam estar associados a esta questão, a entidade de certificação de contas deixa esta questão/reserva em aberto, porque poderá no futuro haver consequências sobre as contas do Município, fruto desses processos judiciais que se encontram em curso. Salienta ainda, que como atualmente ainda não é possível mensurar com fiabilidade qual o valor dos impactos que possam recair sobre as demonstrações financeiras, fruto desta situação, não está constituída provisão, cabendo aos revisores alertar o risco associado a esta questão. --

--- Em relação à questão da OPEL, refere que realmente há um risco, e daí ter sido elencado na certificação de contas, e ter também de ser objeto de uma reserva, havendo um risco efetivo de cobrabilidade desta situação, uma vez que a OPEL dá nota de que não assume qualquer dívida perante o Município, apesar desses processos constarem na base de dados da Autoridade Tributária, mas para todos os efeitos a OPEL não reconhece essa



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

responsabilidade. Existe assim um determinado risco, estando o mesmo relatado na certificação legal de contas como um risco eminente, e também de poder ter impactos nas contas. Estando a questão, ou não, da provisão associada aos critérios e ao que está definido no POCAL. -----

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para dizer que já deu indicações no sentido de preparar este processo para ser enviado para o tribunal. -----

--- Salientando ainda que em relação ao risco de expirar o prazo de requerer esta dívida, refere que nas conversações que tem tido com o advogado, nunca lhe foi posta essa preocupação. -----

--- Retomou a palavra o Sr. Deputado Municipal Luís Fonseca colocando uma questão no que respeita ao Relatório de Gestão. Com a extinção da EMIA, qual é o impacto nas contas da Câmara de 2015, relativamente à participação de capital que a Câmara tem na EMIA. Perguntando se este vai ser mais um resultado negativo a incorporar em 2015, se é de um milhão e novecentos mil e se é a diferença entre o valor da EMIA e outro valor de capital que possa valorizar a EMIA. -----

--- Tomou da palavra o Dr. Ricardo Portela (Técnico da CMA), para dizer que a participação já estava parcialmente provisionada, ficando totalmente provisionada em 2014, não havendo em 2015 quaisquer efeitos adicionais, relacionados especificamente com a participação. -----

--- Retomou a palavra o Sr. Deputado Municipal Luís Fonseca, perguntando provisionalmente qual será a capacidade de endividamento da Câmara no final de 2015. --

--- Tomou a palavra a Dr^a Irene Lameiro (Técnica da CMA), para dizer que presentemente a capacidade de endividamento da Câmara é de cerca de cem mil euros. ---

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, cumprimentando todos os presentes, e dizendo que a EMIA está em discussão nesta proposta (embora de uma forma indireta), e que só foi possível fazer-se estes artificios financeiros, por falta de respeito para com as oposições da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. -----

--- Referente aos imóveis destinados aos parques de estacionamento, refere que a compra só foi possível por aqueles montantes porque o município de Azambuja e a EMIA estão isentos do pagamento de IMT (antiga Sisa) e IMI (antiga contribuição predial). Assim, puderam atribuir aos terrenos um valor muito superior ao Valor Patrimonial inscrito nos Serviços de Finanças, bem como ao valor real de mercado, pois não teriam de pagar quaisquer dos impostos atrás referidos. Estas trapalhadas defraudaram o direito de informação à oposição, bem como o sentido das referidas isenções permitidas pela Administração Central, tendo em vista uma boa prática autárquica. -----

--- Refere que não pode conceber que existam artificios desta natureza a desvirtuar o propósito da administração central. -----

--- Salienta que não se deve esquecer que os estatutos da EMIA previam a constituição de um conselho consultivo, cujos representantes eram nomeados pela Assembleia Municipal. Salienta que os membros da Assembleia nunca receberam nenhuma convocatória para tal, referindo ainda que isto foi brincar com todos. Menciona que irá votar contra esta proposta, uma vez que no bom rigor da lei, a Assembleia Municipal nem tem poderes para aprovar as contas. Segundo o que diz a lei, é que o documento é enviado à Assembleia Municipal para apreciação e votação. Sendo assim, quer a Assembleia aprove ou não, a competência para aprovar as contas é do Tribunal de Contas. -----

--- Tomou da palavra o Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, solicitando que um dos técnicos da Câmara confirmasse, ou não, que com esta confusão toda da EMIA, se a capacidade de endividamento da Câmara antes seria de cerca de sete milhões de euros, quando atualmente está em cem mil euros. -----

--- Menciona que o Sr. Presidente da Câmara, nas últimas Sessões de Câmara, tem referido que o estado “roubou” à Câmara cerca de oitocentos mil euros. Refere que acredita que o Sr. Presidente quisesse investir esse dinheiro no concelho de Azambuja, no entanto a Lei do Orçamento de Estado, que foi aprovada também com os votos do PS, diz no art. 98º que a Câmara tem que colocar estes valores no PAEL. Toda a receita de IMT superior ao que foi recebido no ano de 2013, tem que ir para abater no PAEL. Solicitando que o Sr. Presidente da Câmara ou os técnicos, confirmassem se é ou não. -----

--- Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer, que o que tem dito é verdade, tendo-se sempre baseado na documentação que lhe tem chegado. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara pede ao Dr. Ricardo Portela que dê uma explicação mais técnica sobre o assunto. -----

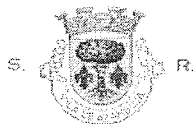
--- Tomou da palavra a Drª Irene Lameiro para dizer que o valor em causa não tinha necessariamente que ser direcionado para o PAEL, eram dadas três hipóteses: A primeira era a capitalização do fundo de apoio Municipal, sendo que esta já estava orçamentada e programada para ser paga em sete anos. A segunda era o pagamento de dívida a fornecedores registados no SIAL, sendo no entanto que a Câmara já está a pagar a trinta dias. O terceiro era a redução do endividamento a médio e a longo prazo do Município, sendo que nesta hipótese as taxas de endividamento a médio e a longo prazo são muito baixas, sendo a mais elevada a do PAEL. Sendo assim direcionou-se a transferência para o PAEL. Refere que esta notícia chegou a 30 de Março, para aplicar ao ano económico de 2015, tendo sido depois dito que esta também era aplicável à Lei do orçamento de estado de 2014. -----

--- Tomou da palavra o Drº Ricardo Portela para acrescentar duas questões adicionais, dizendo que a questão que está aqui em causa não é a Câmara ter ou não ter conhecimento em tempo oportuno, ou se, se deveria ou não reduzir o endividamento a médio e a longo prazo, ou se deveria proceder ao pagamento das dívidas a fornecedores, salientando que o que está em causa é a Câmara demonstrar que a redução do endividamento (se fosse essa a opção) teria de ser feita por via de amortizações extraordinárias, pois em circunstâncias normais o que seria evidenciado seria o comprimento da redução do endividamento a médio e a longo prazo, bastando para esse efeito justificar as amortizações normais do exercício. -----

--- Relativamente ao limite da dívida, os resultados anuais desequilibrados da empresa Municipal como é o caso da EMIA, que desde que foi deliberada a sua dissolução passou a apresentar resultados negativos, uma vez que sessaram a partir daí as transferências a título de indemnização compensatória entrando a partir desse momento para o limite da dívida do Município, sendo daí, que em vez de termos sete milhões, tal como são apontados, e depois de serem computados os valores dos empréstimos da EMIA, passa-se a ter pouco mais de cem mil euros (tudo isto reportado a 31 de Dezembro de 2014). -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, referindo que realmente pertencia à comissão de acompanhamento da EMIA, e nunca foi convocado para nenhuma reunião. Como tal, refere que concorda absolutamente que aquilo era um jogo de faz de conta. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, referindo que deduz pela sua leitura que o aumento resultante da receita de EMIA pela reavaliação dos prédios, teria de ser capitalizada para uma destas três soluções. Salientando que acha estranho continuarem a dizer que foram surpreendidos por essa informação. -----



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- Refere ainda que em relação à questão do PAEL, quer se queira, quer não, a Câmara Municipal de Azambuja, como tantas outras, só recorreram ao PAEL porque tinham dívidas. Solicita ainda saber porque é que a Câmara nesta revisão colocou verba para provisionamento de vencimentos, e se foi a primeira vez. -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, voltando a referir que nos termos da lei a Assembleia Municipal, apenas tem que apreciar e votar as contas, mas em relação ao plano de atividades e ao orçamento, a lei é muito clara, tendo mesmo de ser aprovado pela Assembleia. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta nº P 34/P/2015, reprovado por maioria com 14 votos contra (8 da CDU e 6 da Coligação PFNT), 13 votos a favor do PS e 1 abstenção da CDU. -----

--- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, informa que depois da Assembleia Municipal a Coligação PFNT irá apresentar uma Declaração de Voto por escrito. -----

--- Declaração essa, que foi entregue posteriormente e que a seguir se transcreve. -----

--- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

--- *O Grupo de Deputados Municipais da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA vota contra a presente proposta, nomeadamente pelos seguintes motivos:*-----

--- *As Contas de Gerência apresentaram um resultado líquido de exercício negativo em 3,5 milhões de euros – o pior resultado líquido de exercício da Câmara de Azambuja desde 1976!* -----

--- *Para este mau resultado, foi decisiva a integração nas contas municipais dos activos e passivos da empresa municipal EMIA, cujo processo de extinção está em averiguação pela Inspeção-Geral de Finanças, na sequência de queixa apresentada pelos vereadores da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA.*-----

--- *A este propósito reproduzimos na íntegra todos os considerandos, factos e conclusões que constam da Moção sobre o processo de extinção da EMIA, que foi aprovada pela Assembleia Municipal em 26/02/2015, a qual faz parte integrante da presente declaração de voto.*-----

--- *Por outro lado, refira-se também que a Câmara Municipal de Azambuja detinha uma capacidade de endividamento líquido próxima dos 7 milhões de euros.*-----

--- *Em virtude da integração do passivo da empresa municipal, a capacidade de endividamento líquido foi drasticamente reduzida e está agora nos 100 mil euros, como foi reconhecido pelos técnicos municipais durante esta reunião da Assembleia Municipal.*-----

--- *A par destes dados, o Relatório e Contas de Gerência de 2014 também revelou os seguintes dados da má gestão da Câmara PS:*-----

--- *Os empréstimos a Médio/Longo Prazo aumentaram face a 2012 (+800 mil euros);*-----

--- *O Passivo aumentou cerca de 4 milhões de euros (+28%);*-----

--- *A Autonomia Financeira da Câmara diminuiu (-3,5%),*-----

--- *Estes resultados muito negativos decorrem exclusivamente das manobras de “engenharia financeira” e dos sucessivos erros de gestão cometidos pela Câmara PS desde 2004, que só agora ficaram consolidados na sequência da extinção da empresa municipal*-----

--- *Ao longo destes anos, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA fez diversos avisos e alertas à Câmara PS sobre os riscos que as manobras de “engenharia financeira” e os erros de gestão iriam ter na saúde financeira do município.*-----

--- *Infelizmente, o tempo deu-nos razão e agora o Povo do Concelho de Azambuja tem uma Câmara Municipal com sérias dificuldades financeiras e incapazes de fazer*

investimento em áreas como a requalificação da escola básica de Aveiras de Cima, a requalificação das únicas Piscinas Municipais (encerradas desde 2011) ou a repavimentação das vias e caminhos municipais.-----

--- Azambuja, 12 de Fevereiro de 2015 -----

--- P'lo Grupo de Deputados Municipais da Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra -----

--- Manuel Couceiro / Carlos Valada -----

--- **Ponto 3 – Aplicação dos Resultados Líquido de Exercício 2014** ----- **P 35/P/2015**---

O Sr. Presidente da mesa pergunta se alguém quer usar da palavra, relativamente a este ponto. Não havendo, coloca o ponto a votação. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta nº P 35/P/2015, aprovada por maioria com 13 votos a favor do PS e 15 abstenções (9 da CDU e 6 da Coligação PFNT). -----

--- **Ponto 4 – Revisão Orçamental** ----- **P 45/P/2015**

--- Pede a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para dizer que em relação à distribuição dos saldos, os mesmos tiveram de ser distribuídos em função dos trezentos e noventa e seis mil euros. Explicando de acordo com o documento entregue, por onde é que foram distribuídos. Refere ainda que a Câmara deveria ter ficado com oitocentos mil euros, para um fundo de segurança de tesouraria, mas que optou por ficar apenas com 50% desse valor. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta nº P 45/P/2015, aprovada por maioria com 13 votos a favor do PS e 15 abstenções (9 da CDU e 6 da Coligação PFNT). -----

--- **Ponto 5 – Reconhecimento de Interesse Publico** ----- **P 32/P/2015**

--- Pede a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para dizer que este documento se refere ao plano de pormenor da zona nascente de Azambuja. Salaria ainda que os processos estão para apreciação da REN, e que se referem concretamente ao alargamento do supermercado (Superazam). -----

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Nobre, referindo que se continua no mesmo caminho que se vem trilhando desde há uns bons anos, em aprovar casuisticamente obras de infraestruturas ou de construção ou de intervenções urbanísticas, sem que haja um planeamento atualizado para o Concelho. -----

--- Refere que sempre pôs algumas reticências na aprovação destes tipos de recursos à cláusula de exceção do atual regulamento do Plano Diretor Municipal. Perguntando para quando o novo Plano Diretor Municipal. -----

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara referindo que este assunto está inserido num plano de pormenor. -----

--- Quanto ao PDM, refere que tem sido a grande preocupação da Câmara Municipal de Azambuja, tendo o mesmo sofrido alguns avanços há uns tempos atrás, tendo depois parado, havendo neste momento um gabinete com técnicos da Câmara que já iniciaram este processo. -----

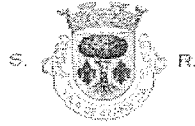
--- Retomou a palavra o Sr. Deputado Municipal António Nobre, referindo que as palavras que acabou de ouvir são um “ chá requentado”, menciona que sabe que há coisas que não dependem só do Município, no entanto isso explica uma parte não explicando o todo. Refere que acha que o Sr. Presidente da Câmara deverá impor aos serviços um planeamento do seu próprio trabalho, com o intuito de se fazer algo neste sentido. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta nº P 32/P/2015, aprovada por maioria com 27 votos a favor (13 do PS, 8 da CDU e 6 da Coligação PFNT) e 1 abstenção da CDU. -----

--- **Ponto 6 – Desafetação de Parcela de Terreno do Domínio Publico** ----- **P 38/P/2015**

--- Pede a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para dizer que este ponto diz respeito à desafetação de uma serventia, que só serve mesmo aquela pessoa. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta nº P 38/P/2015, aprovada por unanimidade. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- **Ponto 7 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências com a CIMLT** -----P 49/P/2015

--- Pede a palavra o Sr. Presidente da Câmara, referindo que este ponto diz respeito a um Trabalho que foi feito com todas as Câmaras, de modo a poder-se fazer transferências destas competências para a CIMLT. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta nº P 49/P/2015, aprovada por unanimidade. ----

--- **Ponto 8 - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Azambuja P 36/P/2015**

--- O Sr. Presidente da mesa pergunta se alguém quer usar da palavra, relativamente a este ponto. Não havendo, coloca o ponto a votação. -----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta nº P 36/P/2015, aprovada por maioria com 27 votos a favor (13 do PS, 8 da CDU e 6 da Coligação PFNT) e 1 abstenção da CDU. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informa que entrou um requerimento na mesa, o qual se transcreve: -----

--- *Requerimento* -----

--- *Ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal de Azambuja, requer-se que a presente reunião da Assembleia Municipal continue até à 1hora, para que dessa forma todos os pontos da ordem de trabalhos possam e sejam discutidos e votados.* -----

--- *Azambuja, 28 de Abril de 2015* -----

--- *Pelo Grupo da Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra* -----

--- Colocado a votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade. -----

--- **Ponto 9 – Moção/CDU-Coligação Democrática Unitária** -----

--- **MOÇÃO** -----

--- *Nestes últimos anos o Governo atual tudo tem feito para infernizar a vida aos reformados, pensionistas e idosos, muitos deles tanto lutaram para que o Portugal de Abril fosse uma realidade, mas, hoje são tratados como um peso no orçamento, curto como sempre para os direitos sociais, mas largo para quando se trata de satisfazer os interesses do capitalismo financeiro.* -----

--- *Num quadro de ataque aos direitos sociais e económicos dos reformados, pensionistas e idosos consubstanciado nos cortes das pensões ou seja no seu congelamento, na imposição de contribuições especiais, sempre com o argumento estafado do equilíbrio das contas públicas, como se estes não tivessem contribuído ao longo de uma vida de trabalho com as suas contribuições e a pensão que auferem não fosse um direito, mas uma graça.--*

--- *Por isso, esta Assembleia Municipal de Azambuja reunida em sessão ordinária delibera aprovar o seguinte:-----*

--- *1 – Apoiar a justa reivindicação dos reformados, pensionistas e idosos na exigência de que as respetivas pensões sejam atualizadas em 4,7%, sendo que nas pensões mais baixas o aumento aplicável a estas não seja inferior a € 25,00 mensais.*-----

--- *2 – Apoiar a reposição do pagamento por inteiro dos montantes respeitantes às compensações de subsídio de férias e natal devidas aos reformados e pensionistas.*-----

--- *3 – Apoiar o aumento do número dos escalões de IRS e abolição da respetiva sobretaxa incidente sobre a coleta e a aplicação da taxa reduzida do IVA nos bens essenciais.*-----

--- *4 – Apoiar a reposição da isenção de 50% nas tarifas dos transportes para os reformados, pensionistas e idosos, facilitando assim o acesso destes aos transportes públicos, bem como o estabelecimento de horários compatíveis, em especial nosso concelho.*-----

--- *5 – Opor-se ao encerramento de serviços públicos essenciais às populações e exigir que*

sejam implementadas melhorias no acesso aos existentes, designadamente no âmbito da saúde, e lutar pela reabertura de outros, designadamente dos correios.-----

--- 6 – Apoiar o reconhecimento pelos órgãos do Estado do MURPI, movimento unitário dos reformados, pensionistas e idosos, como parceiro social.-----

--- Que a presente moção, depois de aprovada pela Assembleia Municipal, seja remetida aos Grupos Parlamentares das diversas forças políticas representadas na Assembleia da República e publicada nos jornais locais mais lidos no concelho.-----

--- Foi concedida palavra ao Sr. Deputado Municipal António Nobre, mencionando que esta Moção versa sobre os reformados, pensionistas e idosos, onde a CDU propõe que a Assembleia Municipal se prenuencie. O Sr. Deputado Municipal explicou o teor da mesma.

---Pedi a palavra o Sr. Deputado Municipal Rogério Faria Jorge, sugerindo que a Moção também fosse publicada no jornal “O Mirante”.-----

--- Foi concedida palavra ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, para dizer que em relação a esta Moção a Coligação P.F.N.T. não concorda com os considerandos da mesma, porque são de natureza política e ideológica e que se inserem numa logica de ataque ao atual governo. No entanto refere que respeitam a visão ideológica da CDU. Refere ainda que concordam com a maioria das medidas que constam na parte deliberativa da proposta, sendo que a sua apreciação concreta tornaria melhor a qualidade de vida dos reformados e pensionista, mas a prudência na gestão orçamental torna difícil a sua gestão orçamental e a sua concretização imediata.-----

--- Discutido o assunto, foi a moção, aprovada com 22 votos a favor (13 do PS, 6 da CDU) e 6 abstenções da Coligação PFNT.-----

--- **APROVAÇÃO POR MINUTA** -----

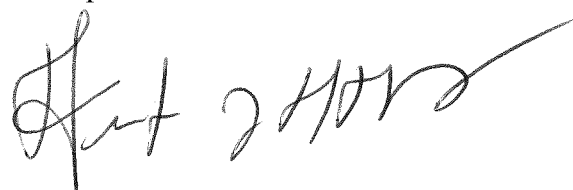
--- A Srª D. Vera Brás, 1ª Secretária da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da ata da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---A ata foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 57º, da Lei nº 75/13 de 12 de Setembro.-----

--- **ENCERRAMENTO** -----

--- Eram zero horas, quando o Sr. Presidente da Mesa, deu por encerrada a reunião.-----

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa.-----



Vera Brás

